

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.

**Demonstrações Contábeis acompanhadas
do Relatório do Auditor Independente**

31 de dezembro de 2021

Este documento foi assinado digitalmente por Eduardo Fernandes Coelho.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaleassinaturas.com.br:443> e utilize o código 9903-8AF1-A2D4-CD17.

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.

Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente em 31 de dezembro de 2021

ÍNDICE

Relatório do Auditor Independente	3
Balancos Patrimoniais	6
Demonstração dos Resultados dos Exercícios	7
Demonstração dos Resultados Abrangentes	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram examinadas por outros auditores independentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra

forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da Companhia é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 17 de agosto de 2022.



HLB BRASIL

Rokembach + Lahm, Villanova & Cia. Auditores
CRC 2SP042459/O-4

Eduardo Coelho
Sócio
Contador CRC 1RS77913/O-4

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em reais 1)

ATIVO	NOTA	2021	2020 Não Auditado Reapresentado	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2021	2020 Não Auditado Reapresentado
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.721.659	2	Fornecedores	8	1.344.260	3.538.550
Ativo de Contrato	5	2.734.976	-	Empréstimos e Financiamentos	9	21.547.138	1.780.691
Adiantamento a Fornecedores	-	1.000.000	-	Adiantamento de Clientes	-	-	242.505
Impostos a Recuperar	-	18.636	13.243	Tributos a Recolher	10	247.433	2.117.233
Despesas Antecipadas	6	278.597	97.985	Outras Contas a Pagar	-	596.553	-
		6.753.868	111.230			23.735.384	7.678.979
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável Longo Prazo				Empréstimos e Financiamentos.	9	-	4.066.746
Ativo de Contrato	5	26.431.259	26.069.585	Tributos a Recolher	10	49.794	-
Outros Créditos	-	-	10.000	Tributos Diferidos	16	4.271.870	7.015.420
		26.431.259	26.079.585	Outras Obrigações	11	5.614.001	30.080
						9.935.665	11.112.246
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	12	27.618.083	13.003.972
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12.1	373.119	12.547.928
				Prejuízo Acumulado	12.2	(28.477.123)	(18.152.310)
						(485.921)	7.399.590
TOTAL DO ATIVO		33.185.127	26.190.815	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.185.127	26.190.815

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em reais 1)

	NOTA	2021	2020
			Não Auditado
			Reapresentado
Receita Líquida	13	14.973.190	-
Custos dos serviços prestados	13.1	(9.689.989)	
Lucro Bruto		5.283.201	-
Despesas Administrativas	14	(19.452.389)	(14.628.894)
Despesas Tributárias		-	(121)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		(14.169.188)	(14.629.015)
Receitas financeiras	15	1.715	-
Despesas financeiras	15	(2.359.385)	(373.701)
Prejuízo antes IRPJ e da CSLL		(16.526.858)	(15.002.716)
Provisão para IRPJ e CSLL – Diferido	16	6.202.044	(3.098.076)
Prejuízo líquido do exercício		(10.324.814)	(18.100.792)
Resultado por Ação	17	(0,58)	(1,39)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em reais 1)

Demonstração do Resultado Abrangente	2021	2020 Não Auditado Reapresentado
Prejuízo Líquido do exercício	<u>(10.324.814)</u>	<u>(18.100.792)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(10.324.814)	(18.100.792)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em reais 1)

	Capital Social	Reserva de Capital	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	13.003.972	8.500	10.478.973	(60.018)	23.431.427
Não Auditado					
Adiantamento para aumento de capital	-	-	2.068.955	-	2.068.955
Absorção da reserva de capital	-	(8.500)	-	8.500	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(18.100.792)	(18.100.792)
Em 31 de dezembro de 2020	13.003.972	-	12.547.928	(18.152.310)	7.399.590
Não Auditado Reapresentado					
Aumento Capital Social	14.614.111	-	(12.547.928)	-	2.066.183
Adiantamento para aumento de capital	-	-	373.119	-	373.119
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(10.324.813)	(10.324.813)
Em 31 de dezembro de 2021	27.618.083	-	373.119	(28.477.123)	(485.921)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em reais 1)

	2021	2020 Não Auditado Reapresentado
Prejuízo líquido do Exercício	(10.324.813)	(18.100.792)
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Aplicadas nas Atividades Operacionais	12.891.337	15.518.457
Perda de crédito esperada	13.479.380	12.420.381
Provisão contingências	5.614.001	-
Impostos diferidos	(6.202.044)	3.098.076
Variações nos Ativos e Passivos	(17.983.870)	1.279.098
(Aumento)/Redução de clientes	(16.576.030)	1.323.051
(Aumento) de outros ativos	(1.176.005)	(9.819)
(Redução) de fornecedores	(2.194.290)	(9.630)
(Redução) de adiantamento de clientes	(242.505)	(423.677)
(Redução) de outros passivos	2.204.960	399.173
Consumo de caixa nas atividades operacionais	(15.417.346)	(1.303.237)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	373.119	2.068.955
Integralização de capital social	2.066.183	-
Variação de empréstimos e financiamentos	15.699.701	(765.716)
Geração de caixa nas atividades de financiamentos	18.139.003	1.303.239
Geração de Caixa e equivalentes de caixa	2.721.657	2
No início do exercício	2	-
No final do exercício	2.721.659	2
Geração de Caixa e equivalentes de caixa	2.721.657	2

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ETTM - EMPRESA DE TRANSMISSÃO TIMÓTEO-MESQUITA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em reais 1 exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia está envolvida nas atividades de coordenação e controle da operação de Transmissão de energia elétrica e a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional compostas pela Linha de Transmissão – LT Mesquita – Timóteo 2, em 230 KV e pela Subestação – SE Timóteo 2, em 230 KV, Entradas de Linha, Barramentos, Instalações Vinculadas e demais instalações nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 14 de maio de 2021, a TS INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA S/A (TS Infra) efetuou a compra de 100% das ações do capital votante da Companhia em conformidade com Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações e Outras Avenças.

A TS Infra obteve a anuência da transferência de controle da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 17 de agosto de 2021, através do despacho de nº 2.517 com as seguintes deliberações relevantes:

- I - Determinar o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Despacho, para que seja celebrado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ANEEL nº 02, de 2012, sob pena de continuidade do processo de caducidade da concessão;
- II - Vedar ulterior transferência de controle da ETTM até a entrada em operação comercial de todas as funções de transmissão que são objeto do Contrato de Concessão ANEEL nº 02, de 2012;
- III - Indeferir o pedido de medida cautelar para suspender cautelarmente os efeitos do Despacho SFE nº 618, e dar-lhe parcial provimento, mantendo a penalidade prevista, mas alterando seu valor para R\$359.856,58 (trezentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos);
- IV - Aplicar à Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita S.A. - ETTM, CNPJ 14.556.893/0001-60, a sanção de “suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como de impedimento de contratar com a ANEEL e de receber autorização para serviços e instalações de energia elétrica”, pelo prazo de dois anos contados da data de publicação do Despacho,
- V - Determinar ao Operador Nacional do Sistema – ONS, que, após a assinatura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ANEEL nº 02, de 2012, revise os Termos de Liberação TLR-TONS/28/12/2020, TLR-TONS/29/12/2020 e DITTLRTONS/47/12/2020, emitido em favor da Mantiqueira Transmissora de Energia, para retirar a ETTM da condição de terceiro causador da pendência impeditiva.

No último trimestre de 2021 foram retomados os investimentos para a conclusão do empreendimento no próximo ano. O início das atividades operacionais está previsto para o mês de setembro/22, onde a companhia passará a contar com um fluxo de ingressos provenientes da RAP (Receita Anual Permitida) prevista em contrato concessão e permitirá a emissão de uma operação de Debentures de Infraestrutura, que se encontra previamente afiançada com o Banco BTGPACTUAL (Nota Explicativa 9). Estas ações executadas em conjunto no horizonte do curto, indicam o plano da administração para a continuidade das operações e equilíbrio das contas.

Impactos da Covid

Mesmo com os efeitos da pandemia frente à economia e saúde no ano de 2021, a Companhia, por estar no grupo de atividade essencial, manteve-se plenamente ativa com suas operações, seguindo com os protocolos de segurança, proteção e as regras de distanciamento de seus colaboradores nos locais de obra e em suas dependências.

2. Declaração de conformidade

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 17 de agosto de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto onde indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis, estão expressos em Reais 1.

2.4 Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Todas as estimativas são ajustadas mensalmente com as premissas mais atuais e disponíveis para a administração no final de cada mês. As

estimativas são atualizadas com a finalidade de refletir o valor de liquidação, sem resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

2.5 Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Após entrada da nova acionista TS Infraestrutura e Engenha S/A na Companhia houve verificações das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2020. Em função disto detectou erros nas informações contábeis, o que acarretou ajustes apresentados para fins de comparação, sendo reapresentadas nos grupos a seguir:

Balço Patrimonial			
Em 31/12/2020			
Ativo	Original	Ajuste	Reapresentado Não Auditado
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	-	2
Impostos a Recuperar	13.243	-	13.243
Despesas Antecipadas	97.985	-	97.985
	111.230	-	111.230
Não Circulante			
Ativo Realizável Longo Prazo			
Ativo de Contrato	41.382.787	(15.313.202)	26.069.585
Outros Créditos	10.000	-	10.000
	41.392.787	(15.313.202)	26.079.585
Total do Ativo	41.504.017	(15.313.202)	26.190.815
Passivo e Patrimônio Líquido			
	Original	Ajuste	Reapresentado Não Auditado
Circulante			
Fornecedores	3.538.550	-	3.538.550
Empréstimos e Financiamentos	1.780.691	-	1.780.691
Adiantamento de clientes	242.505	-	242.505
Tributos a Recolher	2.117.233	-	2.117.233
	7.678.979	-	7.678.979
Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos.	4.066.746	-	4.066.746
Tributos Diferidos	4.152.195	2.863.225	7.015.420
Outras Obrigações	30.080	-	30.080
	8.249.021	2.863.225	11.112.246
Patrimônio Líquido			
Capital Social	13.003.972	-	13.003.972
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12.547.928	-	12.547.928
Prejuízo Acumulado	24.117	(18.176.427)	(18.152.310)
	25.576.017	(18.176.427)	7.399.590
Total Passivo e Patrimônio Líquido	41.504.017	(15.313.202)	26.190.815

Demonstração do Resultado do Exercício
De 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020

	Original	Ajuste	Reapresentado Não Auditado
Receita Líquida	1.211.588	(1.211.588)	-
Custos das Vendas e Serviços	-	-	-
Lucro Bruto	1.211.588	(1.211.588)	-
Despesas Administrativas	(527.281)	(14.101.613)	(14.628.894)
Despesas Tributárias	(121)	-	(121)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro	684.186	(15.313.201)	(14.629.015)
Despesas Financeiras	(373.702)	-	(373.702)
Lucro / (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	310.484	(15.313.201)	(15.002.717)
Provisão para IRPJ e CSLL – diferido	(234.850)	(2.863.225)	(3.098.075)
Prejuízo do Exercício	75.634	(18.176.427)	(18.100.792)

3. Práticas Contábeis

3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo com alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Contas a Receber e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber vinculados ao contrato e concessão 02/2012. Para os prazos de recebimento equivalentes a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Companhia elaborou teste de recuperabilidade em suas contas a receber vinculados ao Contrato de Concessão nº 02/2012, por ser esta a única Unidade Geradora de Caixa – UGC.

O valor recuperável da UGC foi determinado com base no fluxo de caixa projetado até o final da concessão, descontado pelo Custo Médio Ponderado de Capital adotado. As premissas adotadas foram:

- Custo Médio Ponderado: 5,75% a.a.
- Receitas: referentes aos ativos vinculados ao contrato ainda em construção,
- Custos e Despesas: Projetadas com base nos custos e despesas existentes, acrescidas daqueles referentes aos ativos em construção,
- Período do Fluxo de Caixa: até julho de 2042, encerramento da concessão.

3.3 Despesas pagas antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente cujo benefícios ultrapassam ao exercício corrente, as quais são apropriadas como despesas conforme regime de competência.

3.4 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes pelo prazo de liquidação de até um ano. Foram reconhecidas pelo valor das faturas correspondentes.

3.5 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.6 Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos NBCTG 47 – Receita de Contrato com Cliente e NBCTG 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.6.1 Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a

Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.6.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que registrada na rubrica “ativo contratual da concessão” e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Contrato de concessão

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada é a definida em contrato de concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à ETTM, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ETTM entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na Nota Explicativa “Ativo contratual da concessão”.

Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à

satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revistos e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, de 7,31% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão – Concessionárias e permissionárias Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.7 Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para o imposto de renda sobre o lucro real e para a contribuição social, foram calculadas e contabilizadas de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias, ao prejuízo fiscal e base negativa da CSLL Os tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros.

3.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com o modelo de negócio definido pela entidade e classificados nas seguintes categorias: instrumentos financeiros ao custo amortizado, instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam a seguinte composição:

	2021	2020 Reapresentado Não Auditado
Bancos Conta corrente	-	2
Aplicações de liquidez imediata	2.721.659	-
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	2.721.659	2

As aplicações de liquidez imediata correspondem substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados por referência à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

5. Ativo de Contrato

O saldo a receber registrado no grupo de clientes refere-se aos valores de ativo de contrato vinculado ao contrato de concessão 02/2012.

	2021	2020 Reapresentado Não auditado
Ativo de Contrato	55.065.996	38.489.966
(-) Perda de Crédito Esperada	(25.899.761)	(12.420.381)
Ativo de Contrato Líquido	29.166.235	26.069.585
Curto prazo		
Ativo de Contrato	2.734.976	-
Contas a receber de clientes	2.734.976	-
Longo prazo		
Ativo de Contrato	26.431.259	26.069.585
Contas a receber de clientes	26.431.259	26.069.585

Em 31 de dezembro foi efetuada a avaliação de perda de crédito esperada de acordo com NBC TG 48 item 5.5.1 de saldos de ativo de contrato, resultando um saldo de provisão no valor de R\$ 25.899.761

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e

manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETTM considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerá quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETTM considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerá quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

6. Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro, o saldo de despesas pagas antecipadamente é composto por:

	2021	2020 Reapresentado Não Auditado
Prêmio de seguros	16.834	97.985
Custo por emissão de empréstimos	261.763	-
Despesas antecipadas	278.597	97.985

7. Divulgação com Partes Relacionadas

As transações com a controladora TS Infraestrutura, referem-se substancialmente prestação de serviços, foram realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

Operações com controladora

Controladora	2021
PASSIVO	
Adiantamento de clientes	1.000.000
RESULTADO	
Serviços prestados de EPC	4.000.000

8. Fornecedores

O saldo a pagar registrado no grupo de fornecedores refere-se primordialmente aos valores devidos pela Companhia na aquisição de insumos, equipamentos e serviços recebidos relacionados aos projetos.

	<u>2021</u>	<u>2020</u> <u>Reapresentado</u> <u>Não Auditado</u>
Nacionais	1.344.260	3.538.550
Total de Fornecedores	1.344.260	3.538.550

9. Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos junto ao banco BDMG foi liquidado em outubro de 2021 e realizada nova operação de empréstimo bancário junto ao banco BTG Pactual no montante de R\$ 21.000.000.

Os Empréstimos e Financiamentos apresentam a seguinte composição:

	<u>Vencimento</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>2021</u>
Banco BTG PACTUAL (*)	04/04/2022	21.547.138	21.547.138
Total dos Empréstimos		21.547.138	21.547.138

	<u>Vencimento</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>2020</u> <u>Reapresentado</u> <u>Não Auditado</u>
Banco BDMG	15/10/2024	1.780.691	4.066.746	5.847.437
Total dos Empréstimos		1.780.691	4.066.746	5.847.437

A Companhia tem contratado com banco BTG PACTUAL, uma Cédula de Crédito Bancário com vencimento no curto prazo que será sucedida por uma operação de longo prazo, através da emissão de Debêntures de Infraestrutura, previamente afiançada nas seguintes condições:

Valor início: 21.547.138

Valor final: 28 milhões

Prazo: 16 anos

Carência: 6 meses

PMTS: pagamento semestral

Garantias: centralização do fluxo de recebível em Conta Vinculada

A taxa de juros média ponderada aplicada sobre as operações de empréstimos contraídos pela Companhia é de CDI + 5,25% a.a.

10. Obrigações Tributárias

O saldo das obrigações sociais, trabalhistas e tributárias da Companhia é composto da seguinte forma:

Obrigações Tributárias

	2021	2020
Curto prazo:		Reapresentado Não Auditado
Impostos Federais – Retenções	246.580	2.116.069
ISS a Recolher	853	1.164
Total:	247.433	2.117.233
Longo prazo:		
Impostos Federais – Retenções	49.794	-
Total:	49.794	-
Obrigações Tributárias	297.227	2.117.233

11. Provisão para Contingência

A ETTM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia, conforme análise efetuada em 2021, que devido a evolução dos processos os mesmos entendem que a probabilidade de perda é provável (classificados como possível em 2020). A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos no valor de R\$ 5.614.001 sendo 5.255.763 Cíveis e 358.238 Trabalhistas.

12. Patrimônio Líquido

O Capital Social pertence inteiramente a acionista TS Infraestrutura e Engenharia S.A. domiciliada no Brasil, no valor de R\$ 27.618.083, dividido em 27.618.083 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

12.1 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social

Refere-se a aporte de capital a serem vertidas ao capital social da Companhia no valor de R\$ 373.119, originado pela acionista TS Infraestrutura e Engenharia S.A. com previsão de integralização em 2022.

12.2 Prejuízos Acumulados

A Companhia apresenta um saldo de prejuízos acumulados no valor de R\$ 28.477.123, proveniente da consolidação dos seguintes eventos do período:

- a) Prejuízo Líquido do Exercício no valor de R\$ 10.324.814;
- b) Resultados de Exercícios anteriores acumulados de R\$ 18.152.310;

Em 17 de agosto de 2021, através do despacho nº 2517, ANEEL anuiu a transferência integral das ações da Transmissora detidas pela Orteng Energia Ltda e pela Inbrael Participações e Empreendimentos Ltda para TS Infraestrutura e Engenharia S.A.

13. Receita Líquida

A Receita Bruta e suas Deduções estão assim apresentadas:

	2021
Venda de Serviços Prestados	16.532.101
Receita Bruta	16.532.101
Impostos sobre Vendas	(1.558.911)
Deduções da Receita Bruta	(1.558.911)
Receita Líquida	14.973.190

13.1 Custos dos Serviços Prestados

	2021	2020
Custo dos Serviços Prestados		Não Auditado Reapresentado
Materiais Aplicados	(8.976.633)	-
Serviços	(519.226)	-
Seguros	(163.941)	-
Outras Despesas	(30.189)	-
Total	(9.689.989)	-

Os Custos sobre serviços dos serviços prestados sobre contrato de concessão 02/2012 apresentam a seguinte composição:

14. Despesas Administrativas

As despesas administrativas apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
		Reapresentado
		Não auditado
Indenizações	(129.944)	(36.000)
Material de Uso e Consumo	-	(1.681.232)
Serviços Terceirizados	(57.442)	(303.660)
Serviços de Consultoria	(89.178)	(141.795)
Perda de Crédito Esperada	(13.479.380)	(12.420.381)
Provisão Contingenciais	(5.614.001)	-
Outras Despesas	(82.444)	(45.826)
Total	(19.452.389)	(14.628.894)

15. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
		Reapresentado
		Não auditado
Rendimentos Aplicação Financeira	1.715	-
Receitas Financeiras	1.715	-
Despesas e Comissões Bancárias	(1.225.746)	
Juros Pagos ou Incorridos	(1.133.639)	(373.701)
Despesas Financeiras	(2.359.385)	(373.701)
Resultado Financeiro	(2.357.670)	(373.701)

16. Tributos Diferidos

a) Composição dos tributos diferidos

	2021	2020 Não Auditado Reapresentado	Variação do Resultado de 2021
Tributo Diferido Ativo			
Provisão acordos com fornecedores	1.250.000	-	
Provisão para contingências	5.614.001	-	
BNCSLL e Prejuízo fiscal	19.963.176	6.771.067	
Base de cálculo	26.827.177	6.771.067	
IRPJ Ativo Diferido	6.706.794	1.692.767	5.014.028
CSLL Ativo Diferido	2.414.446	609.396	1.805.050
Total Tributo Diferido Ativo	9.121.240	2.302.163	6.819.077

	2021	2020 Não Auditado Reapresentado	Variação do Resultado de 2021
Tributo a Recolher Diferido			
Ativo Financeiro líquido	29.487.229	26.113.513	
PIS e COFINS exigibilidade suspensa	(5.102.201)	(3.543.290)	
Base de cálculo	24.385.028	22.570.223	
IRPJ Passivo Diferido	(6.096.257)	(5.642.556)	(453.701)
CSLL Passivo Diferido	(2.194.653)	(2.031.321)	(163.332)
Tributo Diferido Passivo	(8.290.910)	(7.673.877)	(617.033)
Efeitos de saldo de períodos anteriores	-	1.934.184	
Total IRPJ e CSLL Diferidos Líquido	830.330	(3.437.530)	6.202.044
Base de cálculo (Ativo Financeiro registrado em receita)	55.158.932	38.679.904	
PIS Diferido	(910.121)	(638.218)	
COFINS Diferido	(4.192.079)	(2.939.673)	
Total PIS e COFINS Diferidos Líquido	(5.102.200)	(3.577.891)	
Tributo a recolher diferido líquido	(4.271.870)	(7.015.421)	

b) Conciliação do Resultado

Apresentamos a seguir a conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal vigente em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020 Reapresentado Não Auditado
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(16.128.150)	(15.002.717)
Alíquota efetiva (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social	5.619.132	5.100.924
Reconciliação		
Outras adições /exclusões, líquidas	(582.912)	8.199.000
Crédito/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social	6.202.044	(3.098.076)
Diferido	6.202.044	(3.098.076)

17. Resultado por Ação

Os cálculos dos lucros básico e diluído por ação são feitos através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Qtd de ações	Período	Média Ponderada 2021	Média Ponderada 2020 Reapresentado Não Auditado
13.003.972	1	13.003.972	13.003.972
14.614.111	0,33	4.884.717	-
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (em ações)		17.888.689	13.003.972
Prejuízo líquido do exercício		(10.324.813)	(18.100.792)
Prejuízo básico/diluído por ação – Em R\$		(0,58)	(1,39)

* * *